

NUNES, Ana Flávia Felice; ALMEIDA, Verônica Fabrini Machado de. **Poéticas performativas na América Latina**: feminismo descolonial, interseccional e anti-patriarcal. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós Graduação em Artes da Cena; Doutoranda.

**RESUMO:** Este texto pretende refletir poéticas performativas feministas contemporâneas na América Latina, a fim de analisar a performance enquanto estratégia de luta, ato de resistência e proposição de alternativas de enfrentamento ao patriarcado. Serão analisadas, ações performativas feministas da chilena Cheril Linnet, junto ao coletivo que se denominou Yeguarda Latinoamericana. No campo teórico, busca-se a interlocução com as teorias feministas descoloniais a partir dos estudos da mexicana Mária Millán e da argentina Maria Lugones, com os estudos interseccionais, apoiado nas brasileiras Djamila Ribeiro e Heleieth Saffioti, e com as experiências sobre teatralidades liminares, apresentadas pela cubana Ileana Diéguez. Por fim, a investigação parte das seguintes questões no campo das Artes e Ativismos: Como trabalhar o corpo, que não pode ser separado de seu contexto social e que expressa questões associadas à identidade, gênero e política? Como trabalhar a performance como potência de luta, ou um ato de resistência contra o patriarcado?

**PALAVRAS-CHAVE:** Performance. Feminismos. Corpo. Yeguarda Latinoamericana.

**ABSTRACT:** This text intends to reflect contemporary feminist performative poetics in Latin America, in order to analyse performance as a strategy of struggle, act of resistance and proposal of altercations of confrontation to patriarchy. Feminist performative actions of the Chilean Cheril Linnet will be analyzed, together with the collective called Yeguarda Latinoamericana. In the theoretical field, we are looking for an interlocution with decolonial feminist theories based on the studies of Mexican Mária Millán and Argentine Maria Lugones, with intersectional studies, supported by Brazilian Djamila Ribeiro and Heleieth Saffioti, and with the experiences on preliminary theatricalities, presented by Cuban Ileana Diéguez. Finally, the investigation starts with the following questions in the field of Arts and Activism: How to work the body, which cannot be separated from its social context and which expresses issues associated with identity, gender and politics? How to work performance as a power of struggle, or an act of resistance against patriarchy?

**KEYWORDS:** Performance. Feminisms. Body. Yeguarda Latinoamericana.

Somos éguas, porque o fato de nos chamarem 'éguas' é porque somos sexualmente insubordinadas, somos éguas porque para nós não é pejorativo ser chamada assim, porque é uma tentativa de insulto que queremos reivindicar, como se nos chamassem vacas ou porcas, para nós não é ofensa. Somos éguas, como qualquer outro ser equino que tem sido usado como mão-de-obra escrava, para carga, reprodução e como arma militar desde o processo histórico de colonização na América Latina até agora por agentes do Estado, ao

mesmo tempo em que expressamos nosso repúdio a esse fato (LINNET, 2019, s/n<sup>1</sup>).

Antes de começar, uma breve análise embasada em dados estatísticos, depoimentos pessoais - na busca por valorizar a oralidade como um dado do real – e nos alicerçando nos conceitos da colonialidade para leitura destes dados: o Brasil é o quinto<sup>2</sup> país no mundo que mais mata mulheres apenas por serem mulheres. Apenas El Salvador (1º. colocado), Colômbia (2º. colocado), Guatemala (3º. colocado) e a Federação Russa (4º. colocado) evidenciam taxas superiores às do Brasil. De cinco países no pódio, quatro são latino-americanos. Em sexto lugar chega o México – mais um país latino-americano. Seguimos com outros dados: o aborto é legalizado<sup>3</sup> em grande parte da Europa, América do Norte e Ásia. Em toda a América do Sul, América Central e na África, apenas oito países permitem esta prática: respectivamente Uruguai e Guiana; Cuba e Porto Rico; África do Sul, Cabo Verde, Moçambique e Tunísia. Neste momento, a Argentina que caminhava a passos largos e verdes rumo à legalização teve seu projeto negado no dia 9 de agosto, deste ano de 2019, pelo senado. E mais: durante a colonização das Américas, em missão civilizatória, mulheres indígenas eram brutalmente violadas sexualmente, assassinadas, e tinham suas vaginas arrancadas para comporem chapéus para os europeus (LUGONES, 2014). Neste período, as colonizadas não eram nem mesmo consideradas mulheres ou humanos. Como resultado, constatamos a invisibilidade das mulheres negras e indígenas, mesmo dentro de alguns movimentos feministas. Ainda mais, segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no documento Violência contra Pessoas

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: “Somos *yeguas*, porque el hecho de que nos digan ‘*yeguas*’ es por ser insumisas sexualmente, somos *yeguas* porque para nosotras no es peyorativo que se nos diga así, porque es un intento de insulto especista que queremos reivindicar, así como si nos llaman perras o cerdas, para nosotras no es ninguna ofensa. Somos *yeguas* así como cualquier ser equino que han instrumentalizado como mano de obra esclava, para la carga, reproducción y como arma militar desde el proceso histórico de colonización en América Latina hasta la fecha por parte de agentes del estado, manifestando a la vez nuestro repudio antes ese hecho”. Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/Yeguada-Latinoamericana-en-Estado-de-Rebeldia>>, acesso em 05/11/2019.

<sup>2</sup> Dados do Mapa da Violência 2015, disponível em: <[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>, acesso em 05/08/2018.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/saude/paises-em-que-aborto-nao-e-crime/>>, acesso em 05/08/2018.

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas<sup>4</sup>, mulheres trans são constantemente violadas por crime de ódio, executadas de forma hedionda, com facadas, apedrejamento, etc. Historicamente a população é marginalizada e perseguida, devido à crença em sua anormalidade. O gênero continua a ser determinado pelo sexo biológico: mulheres lésbicas ou assim identificadas são constantemente vítimas de “estupro corretivo”, ou seja, estupro para puni-las, com a intenção de “mudar” sua orientação sexual; de espancamentos coletivos, por causa de manifestação pública de afeto; de ataques com ácidos e de entrega forçada a centros que se oferecem para converter sua orientação sexual. A América Latina, segundo dados da ONU<sup>5</sup>, é a região mais violenta do mundo para as mulheres. A América Latina e o Caribe apresentam a maior taxa do mundo de violência sexual contra as mulheres fora de um relacionamento e a segunda maior, no âmbito doméstico. A dupla moral patriarcal em relação à sexualidade e ao aborto continua a reforçar os estereótipos femininos que vinculam a identidade de uma mulher (aquela que nasceu com vagina) exclusivamente aos fatos de ter um marido e ser mãe.

A colonialidade de gênero não foi superada. A filósofa argentina Maria Lugones (2014) entende como a dicotomia central da modernidade a distinção dicotômica hierárquica entre humano e não humano, que tem início na colonização das Américas e do Caribe, que vem acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquelas entre homens e mulheres:

Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (LUGONES, 2014, p. 936).

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/ViolenciaPessoasLGBTI.pdf>>, acesso em 05/08/2018.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/regiao-da-america-latina-e-do-caribe-e-a-mais-violenta-do-mundo-para-as-mulheres-diz-onu/>>, 05/08/2018.

As colonizadas<sup>6</sup>, negras, índias, latinas, eram tidas como seres bestiais, pecaminosas, sem alma e, portanto, não humanas. O sistema para aqueles coloniais europeus era constituído pela dicotomia hierárquica homem/mulher e pelas colonizadas, as *não humanas*. Para a autora, o gênero é uma imposição colonial, não somente por se impor sobre a vida vivida em sintonia com cosmologias incompatíveis com a lógica moderna, mas porque essa dicotomia é previamente determinada.

Escolhemos para esta análise as lentes das teorias da colonialidade ao observar esses padrões hegemônicos de dominação impostos pelo colonialismo e reconhecer que eles continuam sendo perpetuados em nossa sociedade moderna.

Seguindo com o levantamento de outros materiais para esta investigação, buscando captar nuances de subjetividade, coletei depoimentos<sup>7</sup> de homens de diversas classes sociais e idades, em diferentes regiões da cidade de Uberlândia-MG, com a seguinte pergunta: “O que é ser mulher?”. Transcrevemos, aqui, algumas de suas respostas:

- “Mulher é delicada. Em uma discussão, é mais sentimental e menos racional ou lógica. Vaidosa. Gosta de se arrumar e se sentir bonita” (B., 36 anos).
- “Mulher tem cabelo bem cuidado e cheira bem. É tranquila” (A., 16 anos).
- “A maioria das mulheres tem ‘peito’. E vontade de controle. Alguma coisa a ver com maternidade” (F., 28 anos).
- “Pra mim, o que define uma mulher é que ela é inteligente, mas muito sentimental e, às vezes, deixa o coração falar mais alto do que o cérebro. Ao invés de tomar decisões pela cabeça, toma pelo coração e, às vezes, complica. Mas acho elas ‘super’ batalhadoras, inteligentes, guerreiras e que têm tudo

---

<sup>6</sup> Todos os substantivos que pretendem ser universais, serão utilizados no feminino como prática de descolonização do saber e da linguagem, que tem o masculino como eixo central.

<sup>7</sup> Depoimentos colhidos em setembro de 2015 na cidade de Uberlândia com 15 homens entre 16 e 40 anos.

para dar certo” (F., 20 anos).

Questionar e evidenciar os femininos, compreendendo suas múltiplas identidades e subjetividades, é urgente. A arte, como potência de transformação e de reflexão, é um caminho possível.

Fim da breve análise.

Na pesquisa de mestrado de Nunes (2017), ao investigar possibilidades de treinamento para o ator no teatro performativo, chegamos ao entendimento de corpo como capacidade de estabelecer relações, ou ainda, um corpo-relação (corpo que é ele próprio relação), apoiada em diversos estudos, entre eles, os de Eleonora Fabião.

A performer e investigadora Eleonora Fabião (2010) traz a definição de corpo-cênico como corpo relacional, conectado, atento a si, ao meio e ao outro, que busca se desabituar, desautomatizar, intensificando a percepção e a atenção para cada ação do cotidiano (micro e, também, macro). O corpo cênico vai, então, experimentar o espaço e o tempo de forma potencializada e, em resposta, também vai potencializá-los.

Gostaria de olhar, neste momento, para esse corpo-relação, na busca por ampliar ainda mais seu entendimento, para enfim pensá-lo como disparador de processos artísticos, em poéticas feministas. Diante dessa premissa, algumas indagações iniciais: como ampliar o entendimento de corpo? Qual é o meu corpo? Qual o meu domínio sobre ele? Que relações construo? Como me posiciono diante da sociedade e da cultura em que estou inserida? Como trabalhar o corpo, que não pode ser separado de seu contexto social e que expressa questões associadas à identidade, gênero e política?

Em artigo publicado na revista Rebento, Lúcia Romano (2013) traz o relato de experiência de uma oficina que coordenou, cuja hipótese foi a experimentação de proposições de artistas mulheres que questionassem, em suas obras, questões sobre gênero. Uma das frases apresentadas no início das atividades foi: “Seu corpo é seu campo de batalhas”, de Barbara Kruger, ressaltando que “a luta de todas as mulheres se dá no corpo e é pelo corpo e

em favor dele que a luta deve acontecer” (ROMANO, 2013, p.106).

O corpo como campo de batalhas, o corpo como espaço de transformações e experiência, o corpo em relação, o corpo que é ele próprio relação, o corpo-território, que já não pode mais ser apossado e o é, constantemente. Olhar para este corpo, como disparador de um processo artístico, me traz uma busca por poéticas enquanto ato de resistência.

No intuito de evidenciar saberes e experiências daquelas que foram excluídas do conhecimento científico moderno, tido como verdade absoluta acredito ser imprescindível olhar para os feminismos a partir da perspectiva dos estudos descoloniais.

A filósofa argentina Maria Lugones (2014) avança na sua reflexão sobre o próprio sentido de colonialidade, mencionado acima, vai construir uma análise da opressão de gênero racializada e capitalista, à qual denomina ‘colonialidade de gênero’.

À possibilidade de superar a colonialidade do gênero, ela vai chamar de “feminismo descolonial”. Para a autora, o feminismo não vai somente oferecer uma narrativa sobre a opressão sofrida pelas mulheres, mas vai fornecer materiais que permitam às mulheres compreender sua situação, sem sucumbir a ela. Afirma:

Começo aqui a fornecer uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização exploração capitalista e heterossexualíssimo. Minha intenção é focar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas-intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas (LUGONES, 2014, p. 940 e 941).

Maria Lugones destaca a necessidade de construir um feminismo que questione os padrões eurocêtricos, constituídos por categorias de raça e classe que a mulher branca pode ignorar. Lugones afirma que a “tarefa” da feminista descolonial inicia-se com o despertar para a diferença colonial. Propõe que ela deixe de lado seu encantamento com um conceito universal de mulher, para começar a aprender sobre as mulheres que resistem à diferença

colonial, sugerindo um pensamento de fronteira feminista, onde a liminaridade não seja apenas uma fenda, uma repetição infinita de hierarquias dicotômicas.

Corroborando com este discurso, a antropóloga Márgara Millan (2014) e autoras<sup>8</sup> integrantes de um grupo diverso – intergeracional, que abrange múltiplas disciplinas e localidades geográficas – partem de um interesse em comum: pensar um “feminismo outro”, tendo, como forte referência de orientação, a proposta zapatista de que outro mundo é possível. Estas pensadoras solicitam ao projeto feminista, uma reflexão crítica e um processo de descolonização interna.

As autoras do livro privilegiam o uso da palavra descolonial, ao invés de decolonial, com intuito de diferenciar da teoria da decolonialidade, ainda que façam uso de seus conceitos centrais de pensamento. Elas buscam descentrar certezas e ampliar o pensamento para novas indagações, com o objetivo de ampliar e aprofundar o horizonte feminista e suas propostas metodológicas.

Decidimos optar pelo uso da palavra descolonial para distinguirmos da teoria da colonialidade. Apesar de várias das autoras retomarem conceitos-chave da reflexão decolonial, o que nos caracteriza é um permanente exercício de abertura aos feitos que nos chamam à reflexão, a partir dos quais é possível despregar e desagregar um universo plural temático, encontrando neste lugar nossos próprios gestos descolonizados. Entendemos então que o descolonial é mais um processo vivo do que uma teoria fechada ou escola de pensamento. (MILLÁN, 2012, p.11, tradução nossa<sup>9</sup>).

Elas se propõem deste modo, a explorar o campo das possibilidades que emergem das práticas, que em suas análises, podem ser consideradas descoloniais, a partir de experiências múltiplas e conflitantes. Reivindicam um feminismo outro, capaz de construir uma crítica sobre si mesmo, agenciando um processo de descolonização intelectual. Propõe descolonizar o próprio

---

<sup>8</sup> A publicação organizada pela antropóloga Márgara Millán foi concebida como resultado dos trabalhos e pesquisas realizadas por pesquisadoras feministas do grupo que se denominou Red de Feminismos Descoloniales, que teve início em 2008 no México. São estas pesquisadoras: Aura Cumes, Gisela Espinosa, Mariana Favela, Oscar Gonzales, Raquel Gutiérrez, Rosalva Aída Hernandez, Verónica Lopez Nájera, Mariana Mora e Sylvia Marcos.

<sup>9</sup> Texto original: “Decidimos optar por el uso de la palabra descolonial y no decolonial para distinguirmos de la teoría de la decolonialidad. A pesar de que varias de las autoras retoman conceptos clave de la reflexión decolonial, lo que nos caracteriza es un permanente ejercicio de apertura frente a hechos que nos llaman a la reflexión, a partir de los cuales es posible desplegar y desagregar un pluriverso temático, encontrando en este sitio nuestros propios gestos descolonizantes. Entendemos entonces que lo descolonial es más un proceso vivo que una teoría cerrada o una escuela de pensamiento”

saber feminista, um saber que está se fazendo em múltiplos lugares, por diversas vozes. fundamentando-se, sobretudo, no reconhecimento dos aportes proporcionados pelas visões políticas e sociais mesoamericanas e ameríndias, nas lutas populares e camponesas e nos sujeitos políticos denominados subalternos, na busca urgente por um horizonte civilizatório de transformação.

Assim, o pensamento feminista descolonial vai, sobretudo, deslocar o discurso feminista hegemônico – centrado nas problemáticas do sujeito político de mulheres brancas, classe média, cisgêneras, para teorias e práticas que dialoguem e representem as mulheres provenientes de territórios colonizados, racializadas e de identidades e sexualidades múltiplas.

Reiteramos a importância dos estudos sobre o feminismo descolonial, ao olhar para esses padrões hegemônicos de dominação impostos pelo colonialismo e reconhecer que eles ainda não foram superados, ao contrário, continuam sendo perpetuados pelo apagamento que a universalização de práticas e conceitos da modernidade acarreta.

Referimo-nos sempre a ‘femininos’ ou ‘feminismos’ no plural assumindo, nesta pesquisa, a impossibilidade de se pensar um feminismo único ou universal. Como afirma a crítica feminista, proposta por Margareth Rago (1998). Seus principais pontos incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista:

O saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensasse a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexualcivilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência (RAGO, 1998, p.4).

Para avançarmos nesse campo, é importante, especialmente nesse dado momento histórico de quebra de paradigmas das mais diferentes ordens, problematizarmos inclusive o próprio feminismo na busca por ampliar suas perspectivas. Quais são as vozes esquecidas do feminismo?

Heleieth Saffiotti (2004) ao discorrer sobre o patriarcado em uma relação civil estruturante, ou seja, as opressões se reproduzem mesmo sem a

presença física dos homens, destaca refletir e combater o patriarcado a partir da imagem de um nó frouxo, onde se entrelaçam três subestruturas: gênero, classe social, e raça/etnia. Nas palavras da autora:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (SAFFIOTI, 1998). Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987) – historicamente constituída (SAFFIOTI, 2004, p.125).

Djamila Ribeiro (2017) também afirma a importância de não olharmos para as questões de gênero de forma isolada, ao refletir as estruturas de poder como essenciais para que compreendamos que sempre estarão interseccionadas as relações de gênero, raça e classe. É necessário analisar as relações sociais de forma articulada, sem criar hierarquias, colocando em cheque o sujeito universal. Aponta ainda que se machismo, racismo e opressão de classe são estruturais. Lutar contra a opressão de gênero, por exemplo, mas reforçar a opressão racial ou social, reforça a mesma estrutura que se pretende combater.

São justamente as lentes do feminismo descolonial, interseccional e anti-patriarcal, que evidenciam a relevância da questão arte e ativismo, ética e estética, arte e vida, entendendo que um pensamento e uma ciência ensimesmada, monológica, são meros instrumentos da lógica ainda dominante, que privilegia um sentido comum dominado por uma racionalidade produtiva.

Na busca por uma investigação de práticas que dialoguem com outras muitas perspectivas de saberes situados à margem, em uma empreitada que queira compreender e participar da “ecologia dos saberes”<sup>10</sup>, esta investigação

---

<sup>10</sup> Entendido pela Red de Feminismos Descoloniais como o reconhecimento de que todas as práticas sociais produzem conhecimento, assim como existem saberes culturais que ficaram excluídos do conhecimento científico moderno (que se institui como detentor do monopólio da verdade).

se alicerça nos estudos sobre as teatralidades liminares propostas pela pesquisadora Ileana Diéguez.

Diéguez (2016) empresta do conceito de liminaridade da antropologia social proposta por Victor Turner, para pensar a relação do fenômeno artístico (ou ritual) e seu entorno social, sugerindo que as relações do indivíduo com seu tempo e espaço estão em uma zona complexa, onde a vida e a arte, a ética e a estética se cruzam por meio da ação da presença. Sobre a condição liminar, afirma ainda: “no melhor dos casos, gostaria de observá-la como uma situação em movimento, redefinido pelas práticas artísticas e humanas” (Diéguez, 2016, p.21). Segundo a autora, a condição de liminaridade vincula-se sempre às situações de marginalidade, situando-se fora das estruturas sociais.

A pesquisadora discorre ainda sobre a necessidade dos teatros manterem-se vivos, na América Latina, como espaço de diálogo e encontro, a partir da criação de *communitas*, entendida como uma anti-estrutura na qual busca-se estabelecer relações espontâneas, igualitárias e não racionais. Esse ato de convivência<sup>11</sup> teria sido decisivo para o desenvolvimento de novas formas de escrita e de uma nova produção cênica, cada vez menos ligada aos mecanismos da encenação, e às hierarquias teatrais.

Estas formulações que nos estimulam a diversos questionamentos na arte moderna e contemporânea, a saber: Quais caminhos possíveis para estratégias artísticas de intervenção na esfera pública? Como em ações artísticas fronteiriças e liminares, problematizar a natureza ambigua de quem utiliza estratégias poéticas para configurar ações políticas?

As relações entre arte e vida, não se restringem a uma mera aproximação entre o produto artístico e o cotidiano como, por exemplo, uma intervenção artística em um espaço urbano. Mas é o cotidiano, de fato, que deve ser reexperimentado, reexplorado, dando-lhe outras possibilidades e outros caminhos.

---

<sup>11</sup> Segundo Diéguez (2016), apoiada em Dubatti, um estudo sobre as teatralidades liminares, atravessadas por práticas políticas e cidadãs, deve refletir sobre a natureza do convívio de seus eventos e justamente da identificação, descrição e análise das estruturas conviviais que Dubatti se propõe a redefinir a teatralidade.

Na busca por ações que experimentem e reexperimentem o cotidiano, objetivando outras possibilidades de caminhos, como proposto por Diéguez, elegemos para análise os trabalhos da artista feminista chilena Cheril Linnet.

Cheril Linnet é performer, propositora de ações que deslizam entre as artes cênicas e visuais. Junto a um grupo de mulheres, que posteriormente denominaram-se *yeguarda latinoamericana*, centraliza seus trabalhos em ações nas ruas de Santiago no Chile, com uma proposta que encarna a denúncia da violência que vivem diariamente as mulheres nas mãos de outros homens, da polícia e da justiça patriarcal que não as protege. Pretende com suas obras desestabilizar a normalização do abuso; dedicando-se a trazer ao centro do debate artístico a crítica anticolonial, o feminismo, o transfeminismo, o imaginário pós-porno e o antimilitarismo.

Cheril Linnet, em entrevista à *La Izquierda Diário*<sup>12</sup>, conta que em 2016, começou a convidar diferentes mulheres para realizar ações na cidade de Santiago, tendo como temática principal, visibilizar os feminicídios, violações e abusos sexuais que sofrem as mulheres devido ao regime heterossexual e patriarcal ao qual estão submetidas. No dia 01 de julho de 2017, no encontro, a convite dela, com outras quatro artistas mulheres, saíram para as ruas com um rabo de égua pregado ao ânus.

O rabo simboliza uma trans-espécie. Não um homem, não uma mulher, mas uma besta mitológica que desobedece a norma, que desobedece ao “dever ser” imposto pelas instituições de poder: a igreja e sua moral, o sistema capitalista neoliberal, heterossexual e patriarcal, o estado, o governo e seus agentes. Desta ação de cinco mulheres surgiu a *Yeguarda Latinoamericana*, um coletivo que logo incorporou companheres não binaries, mulheres transexuais, putas e toda corpa dissidente que desejasse fazer parte da proposta.

Dentre as várias ações realizadas pela *Yeguarda Latino americana*, gostaria de destacar três delas: *Gloriosas*, *Estado de Rebeldía* e *Yini Sandoval*.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/Yeguada-Latinoamericana-en-Estado-de-Rebeldia>>, acesso em 05/11/2019

Em Gloriosas, realizada no dia 19 de setembro de 2018, em um desfile paralelo ao desfile anual da parada militar em que se celebra o dia de glórias do exército, a Yeguarda também se põe em marcha nas ruas. Uma forma de confrontar o poder e o abuso, onde a polícia e suas instituições são símbolo. A ação convida a desabitar a forma humana. Segundo a própria artista, porque esta é propriedade da colonialidade de poder que se atualiza no neoliberalismo, que segue exercendo sua vontade de morte sobre os corpos que são certificados como menos humanos, ou seja, sobre os corpos excedentes, bestiais.

Performance Gloriosas, Yeguada latinoamericana, 19 de setembro de 2018, dia de glórias do exército do Chile.



Fotografía: Silvestre

Mulheres chilenas, muitas. Trans, cis, altas, magras, gordas, baixas e brancas, marchando coletivamente contra o poder instaurado. Me pergunto onde estão as mulheres negras. Marcham todas com um rabo de égua pregado a seus traseiros.

Seguem em marcha. Sem dizer uma palavra. Em determinados pontos, param, levantam as saias, que remetem a uniformes militares, e mostram o traseiro para a guarda chilena mirando firme em seus olhos.

A guarda parece incomodada, incertos, movida por elas. Alguns transeuntes aplaudem, gritam, tiram fotos. Outros agridem, difamam, rebaixam, menosprezam: “¿Quién se va a culear a esa? ¿Cómo se atreven a mostrar el poto lleno de celulitis?”. E Cheril responde com outra pergunta: “¿Cómo se sienten con el derecho de referirse a nuestro cuerpos así, catalogándolos,

opinando sobre ellos?”<sup>13</sup> Isso é o que acontece quando o corpo feminino não está à disposição do desejo masculino e do seu prazer!

A segunda ação que gostaríamos de destacar, *Estado de Rebeldía*, reflete o complexo momento que o Chile atravessa atualmente (e também vários outros países da América Latina) onde o fascismo se arma e aponta contra o povo. Ela foi realizada em quatro espaços: primeiro na Rua Miraflores, em frente ao Arquivo Nacional, depois na Alameda, em frente ao Cerro Santa Lucía, em seguida seguiram para frente da Casa Central PUC e finalmente para a Praça Itália. Em cada um desses lugares as artistas, bestas mitológicas, munidas de seus rabos de éguas, e vestidos curtos cor de rosa, pintavam nas ruas um stencil que dizia: “estado de rebeldia”, depois subiam seus vestidos até a cintura e deitavam-se de barriga para baixo ao redor do escrito.

*“Estado de Rebeldía” ação realizada horas antes da Grande Marcha do Chile no dia 25 de outubro de 2019*



*Fotografía: Juan Pablo Miranda @jotamirandac.*

A Yeguarda com esta ação propõe de fato um estado de rebeldia, reivindicando o espaço público para manifestarem a desobediência civil das corpos dissidentes, que o estado marginaliza constantemente.

E por fim, *Yini Sandoval*. Uma ação performática que leva o nome de uma mulher vítima de femicídio. Um nome, uma história para números e estáticas alarmantes. As artistas envolvidas caminham em silêncio, vestidas de vermelho, em um cortejo fúnebre, pelas ruas, pelo metrô, carregando uma

---

<sup>13</sup> Tradução nossa: Quem vai foder essa? Como ousam mostrar a bunda cheia de celulite?" E Cheril responde com outra pergunta: "Como se sentem no direito de se referir assim aos nossos corpos, catalogando-os, dando opiniões sobre eles?"

coroa de flores com o nome de Yeni, uma mulher que foi brutalmente assassinada por seu marido, e que após matá-la colocou fogo em sua casa com o corpo da mulher e seus três filhos dentro.

O caso repercutiu bastante, principalmente pelo fato de que a polícia não realizou as devidas investigações e seu assassino, apesar de conhecido, seguiu impune. As mulheres param em frente a polícia de investigação de homicídios de Santiago. Deixaram a coroa de flores em um suporte. Quatro das mulheres deitam no chão, simbolizando todas as outras mulheres violentadas, todas mulheres vítimas de feminicídio. Depois, outras duas as cobrem com uma bandeira do Chile, que tem um buraco no centro, que deixa à mostra o sexo das mulheres. Lá elas permanecem até serem interrompidas por oficiais e agentes que trabalham no centro de investigação.

Yeguarda Latinoamericana em frente a policia de investigações – Santiago, Chile.



Fotografia: Silvestre

Cheril, performer desde 2015, acredita que neste momento precisa-se, sobretudo despatriarcalizar a justiça, já que boa parte do problema está justamente naqueles que a executam, sancionam, decidem ou investigam. São homens, em sua grande maioria machistas, que terminam por beneficiar outros homens. Diante deste quadro, em suas ações, sejam nas ruas ou dentro do parlamento, nas praças ou na porta das instituições de poder, se propõe a questionar, problematizar, enfrentar este sistema. Trabalham o corpo da mulher, em seu sentido mais amplo, ressignificando-o em suas ações performáticas, para fazer denúncias. A luta das mulheres se dá no corpo, e é pelo corpo e em favor dele que a luta deve acontecer. Já dizia a performer

Barbara Kruger: “Seu corpo é seu campo de batalhas”. Com suas ações, a Yeguarda Latinoamericana manifesta seu total descontentamento com o sistema patriarcal, judicial, com as estruturas e instituições de poder e suas normativas.

Diante de tudo que foi exposto ressaltamos a importância de nos reconhecermos feminista na sociedade contemporânea e desta abordagem no âmbito das artes da cena, considerando que abordam as problemáticas e mazelas sociais, evidenciando-as e resignificando-as, aludem a outros mundos possíveis. A busca por poéticas performativas feministas reinventam e alteram a percepção sobre as subjetividades femininas que, por sua vez, são capazes de alterar a própria dinâmica social. Produções artísticas que não possuem somente um fim em si mesmas, mas que são, também, formas de resistência e de ação, como afirma Eleonora Fabião (2009), esta investigação assume a Arte como a força necessária para conturbar a relação do cidadão com o seu entorno, com seu corpo, com o tempo e com o espaço.

## Referências

DIÉGUEZ, Ileana. **Cenários liminares**. Uberlândia: Edufu, 2011.

FABIÃO, Eleonora. Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea. **Sala Preta**, Revista de Artes Cênicas, PPG Artes Cênicas da ECA/USP, 2009, pp.235-246.

FABIÃO, Eleonora. Corpo cênico, estado cênico. **Contrapontos**. Vol.10. nº 3. 2010, pp. 321-326.

FABRINI, Verônica. **Delírios anticoloniais**: diferença, resistência, amor e alteridade. Santos: SESC, 2016 (Catálogo do Festival Ibero-Americano de Artes Cênicas de Santos / MIRADA)

FERNANDES, Ciane. **A prática como pesquisa e a abordagem somático performativa**. Belo Horizonte, ABRACE, 2014 (Anais do VIII congresso ABRACE).

KILOMBA, Grada. **Quem pode falar**. Disponível em: <http://www.pretaenerd.com.br/2016/01/traducao-quem-pode-falar-grada-kilomba.html>. Acesso em: 11 de nov. de 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, set-dez. 2014.

MÁRGARA, Millán (Org.). **Mas allá del feminismo**: caminos para andar. México: Red de Feminismos Descoloniales, 2014.

NUNES, Ana Flávia Felice. **O Ator no teatro performativo**: reflexões e procedimentos de treinamento. Dissertação (mestrado). Uberlândia. Departamento de Artes. Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Ed. Letramento. 2019.

ROMANO, Lúcia. Performance feminista e performatividade de gênero. *In*: **Revista Rebento**, Revista de artes do espetáculo. nº 4. 2013, pp. 104-113.

ROMANO, Lúcia. **De quem é esse corpo? A performatividade do feminismo no teatro contemporâneo**. Tese (doutorado). São Paulo: Departamento de Artes Cênicas, Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, 2009.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Genero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Fundação Percecu Abramo, 2004.